

<https://bit.ly/3oTCPd4>

<https://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/cientista-do-inpa-pede-reacao-da-sociedade-contra-novo-decreto-que-legaliza-garimpo>

Cientista do Inpa pede reação da sociedade contra novo decreto que legaliza garimpo

Por Portal do Holanda

16/02/2022 9h03 — em [Amazonas](#)



Foto: Ilustrativa Pixabay

Manaus/AM - O decreto editado na segunda-feira (14), pelo presidente Jair Bolsonaro criando o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração

Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mapa), é mais um ato que vai prejudicar o meio ambiente e afetar a saúde de toda população.

O alerta vem do cientista Philip Fearnside, PhD em Ciências Biológicas e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em entrevista ao Portal do Holanda. Para ele, a legalização do garimpo vai trazer enormes impactos não só no local onde houver a atividade, mas em todo elo da cadeia alimentar que vai terminar na mesa dos consumidores de peixes, por exemplo.

De acordo com o cientista, é preciso haver uma reação da sociedade, pois já existe muita atividade garimpeira ilegal em terras indígenas, contaminando os rios com o mercúrio. O novo decreto só vai estimular a ação dos garimpeiros, que agem sem medo da fiscalização e sem qualquer cuidado com o meio-ambiente e até mesmo com a própria saúde, observa.

Segundo Philip, o decreto atual facilitará ainda mais a chamada “lavagem do ouro” extraído das terras indígenas. Licenças aprovadas para cooperativas de garimpeiros em locais fora das terras indígenas atualmente servem como fachadas para exportar o ouro dessas terras através da autodeclaração da origem em uma lavra autorizada.

Philip garante que, com o novo decreto, haverá um aumento da presença dos garimpeiros, tanto dentro como fora das terras indígenas. Isto aumentaria ainda mais o uso do mercúrio que vai contaminar a água, os peixes, e os seres humanos.

Os riscos disso estão em exemplos como a cidade japonesa de Minamata, visitada por ele em 1990. Contaminada por dejetos de mercúrio por décadas, a doença que levou o nome da cidade, foi identificada primeiramente nos pássaros, que perdiam a coordenação motora, voavam de forma descontrolada e caíam no solo, assim como os gatos que corriam em círculos e espumavam pela boca.

Depois, a doença afetou pessoas, mais especificamente as famílias de pescadores, pois essas faziam grande consumo de peixes e moluscos provenientes da Baía de Minamata, que estavam contaminados.

Só 10 anos depois dos primeiros casos, a doença foi determinada como uma síndrome neurológica causada por envenenamento por mercúrio. Os sintomas iniciais eram sutis: fadiga, irritabilidade, dores de cabeça, falta de sensibilidade nos braços e nas pernas e dificuldade de deglutição, enquanto os mais graves envolviam distúrbios sensoriais nas mãos e pés, danos à visão e audição, fraqueza e, em casos extremos, paralisia e morte. Além de problemas nos nascituros. Na época, milhares de pessoas daquela região

ficaram com sequelas permanentes e outras tantas morreram aproximadamente 20.000 (vinte mil) pessoas se declararam afetadas.

REVOGAÇÃO

Philip observa que a contaminação de mercúrio já é um problema sério na Amazônia, que vai se agravar com a entrada em vigor do novo decreto. Por isso, ele espera que representantes da sociedade reajam e, a exemplo de outras tentativas do Governo Federal de legalizar a garimpagem sem controle, busquem revogá-lo.

O corpo humano não tem como eliminar o mercúrio, que causa sequelas graves. “É preciso entender que todos seremos prejudicados, não somente o garimpeiro, mas todos os consumidores”, advertiu o pesquisador, citando o exemplo de Autazes, quando em novembro do ano passado, teve o Rio Madeira invadido por centenas de garimpeiros que usaram mercúrio e deixaram o rio contaminado.



O Portal do Holanda foi fundado em 14 de novembro de 2005. Primeiramente com uma coluna, que levou o nome de seu fundador, o jornalista Raimundo de Holanda. Depois passou para Blog do Holanda e por último Portal do Holanda. Foi um dos primeiros sítios de internet no Estado do Amazonas. É auditado pelo IVC e ComScore.